



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GABRIELLE BRITO DA SILVA

**MODERNIZAÇÃO DO RECIFE IMPERIAL:**

**A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ (1875-1880)**

RECIFE, 2023

GABRIELLE BRITO DA SILVA

**MODERNIZAÇÃO DO RECIFE IMPERIAL:  
A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ (1875-1880)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em História.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva.

**RECIFE, 2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S586m Silva, Gabrielle Brito da  
MODERNIZAÇÃO DO RECIFE IMPERIAL: A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ (1875  
1880) / Gabrielle Brito da Silva. - 2023.  
31 f. : il.
- Orientador: Wellington Barbosa da Silva.  
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,  
Recife, 2023.
1. Mercado de São José.. 2. Modernização.. 3. Civilidade.. I. Silva, Wellington Barbosa da, orient. II. Título

CDD 909

---

GABRIELLE BRITO DA SILVA

MODERNIZAÇÃO DO RECIFE IMPERIAL: A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ (1875-1880)

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduada em Licenciatura Plena em História.

Recife, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Grasiela Florêncio de Moraes

PGH UFPE

---

Prof. Ms. Paulo Vinícius Nunes Fernandes

PPGH UFRPE

## AGRADECIMENTOS

A pesquisa em História apareceu para mim como um divisor de águas na graduação, comecei a pesquisa durante o período da quarentena e isso por vezes me fazia refletir sobre se seria possível ou não fazê-la. Em diferentes momentos durante a pesquisa lia poesias como forma de distração ao caos que estávamos vivendo, e no meio de tantas que li, pude me debruçar sobre uma que falava sobre o amor de Cora Coralina por sua cidade, o poema se intitula “Becos de Goiás” e que diz o seguinte *“Becos da minha terra... Amo tua paisagem triste, ausente e suja. Teu ar sombrio. Tua velha umidade andrajosa. Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio. E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia, e sementes polmes dourados no teu lixo pobre, calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo. Amo a pratinha silenciosa do teu fio de água, descendo de quintais escusos sem pressa, e se sumindo depressa na brecha de um velho cano. Amo a avenca delicada que renasce na frincha de teus muros empenados, e a plantinha desvalida de caule mole que se defende, viceja e floresce no agasalho de tua sombra úmida e calada”*, diante da beleza, simplicidade e dos trechos que retratam os becos da cidade de forma antitética, me peguei pensando durante o tempo de pesquisa sobre o amor a cidade do Recife e suas belezas, mas ao mesmo tempo lembrando e tornando possível reconhecer as falhas existentes na cidade do século XIX, procurando trazer para a pesquisa a presença dos transeuntes que eram marginalizados na urbe, indo assim, para além da participação somente da elite no seu cotidiano.

Ainda sobre a beleza do que é simples mas que ao mesmo tempo carrega amor e paixão sobre algo, gostaria de agradecer a minha família que em todos os momentos estiveram presente na minha vida. A minha mãe, Dona Flávia, que desde que eu era pequeninha me incentivou a estudar e buscar conhecimentos que me fizeram evoluir tanto como pessoa quanto como estudante, ela que muitas vezes soube contornar financeiramente nosso lar, para que eu pudesse usufruir de uma boa educação. Ao meu pai, Seu Rubemar, que mesmo com o seu jeito fechado, sempre se fez disponível para me ajudar nas escolhas que escolhi traçar, lembro que no início da graduação, quando não era acostumada a andar de ônibus tarde da noite e que estava com muito receio da volta após o fim das aulas, paiinho se disponibilizou para ir me buscar, todos os dias às 22h, mesmo tendo que acordar às 3h30 abdicando, assim, de suas horas de sono para que eu me sentisse segura ao retornar para casa. E agradecer também a minha irmã, Karol, amiga inseparável que a vida me presenteou, sempre atenta em ajudar os que estão à sua volta, nunca se negando a oferecer um abraço e alento quando necessário.

E falando em família, posso dizer que ao longo da minha vida construí laços, que espero que não desatem ao longo da caminhada, e que mesmo com a correria do dia a dia, sempre busquemos nos fazermos presentes. Agradeço, assim, a presença do trio das três espãs de Marx, formado pelas minhas amigas Julyany Paz e Luana Lopes, que durante o período da graduação se fizeram companheiras de jornada, onde pudemos dividir os diferentes momentos da graduação e da vida. Minha amiga Alyne Tais, que conheço desde 2007, e que por coincidência ou destino, seguimos juntas na mesma profissão, sempre ajudando uma a outra. E a minha amiga Dayane Gomes, sempre presente e disposta a conversar sobre as preocupações acadêmicas e da vida (com várias fofquinhas, vamos dizer assim).

Gostaria de agradecer também a CAPES, que em dois momentos da minha vida acadêmica disponibilizou bolsas de incentivo, primeiro no PIBID, que realizei na Escola Ministro Jarbas Passarinho entre 2018 e 2020, e logo depois com o PIBIC, que possibilitou a realização da minha pesquisa durante o período de 2020-2021.

E por último mas não menos importante, agradeço ao Professor Wellington Barbosa que aceitou fazer a minha orientação e me deu a oportunidade de realizar esta pesquisa, sempre incentivando para que se busque ir além.

## SUMÁRIO

1. Resumos .....	6
2. Antecedentes .....	8
3. Mercado de São José: modernização e regramento social .....	10
4. Considerações finais .....	18
5. Referências bibliográficas .....	19
6. Anexos .....	21
7. Apêndice .....	23

## **MODERNIZAÇÃO DO RECIFE IMPERIAL: A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ (1875-1880)**

### **Resumo**

Inaugurado às 11 horas, do dia 7 de setembro de 1875, o mercado de São José que foi colocado entre a rua de Pedro Affonso e o pátio em frente a Igreja de Nossa Senhora da Penha, conforme consta nas documentações, foi recebido sob muitas celebrações, pois era tido como a mais nova e moderna construção da cidade do Recife. Com a sua abertura, as pessoas foram ao centro da cidade com ar festivo para observá-lo. As transformações que resultaram na construção do novo mercado começaram ainda no fim do século XVIII, quando frades capuchinhos do Convento de Nossa Senhora da Penha de França solicitaram ao então governador, D. Tomás José de Mello, a mudança de local do mercado de carne e peixe, antes localizado na Praça do Polé, local onde atualmente é a Praça da Independência, para a centralidade onde aconteciam as pescarias, no bairro de São José, ficando logo conhecido como Largo da Ribeira do Peixe. O presente trabalho tem como propósito, compreender como e porquê se fez necessário a criação de um estabelecimento público, onde se teve como meta principal, estabelecer um padrão comportamental espelhado nas transformações ocorridas na Europa. A criação do Mercado de São José estava envolta em um projeto de transformação do Recife em uma cidade moderna e civilizada. A sua inauguração no ano de 1875 teve como objetivo, substituir o antigo Mercado da Ribeira, local onde durante parte do século XIX, foi ocupado por populares que faziam o comércio popular e de abastecimento na cidade. Analisando o século XIX, é possível observar a edificação do mercado público, como um projeto resultante de um discurso sobre modernidade e civilidade, com o propósito de trazer um empreendimento inovador, porém que estava envolto em um projeto médico-higienista com o intuito de regulamentar um espaço destinado tanto para compras de alimentos quanto para a circulação de pessoas.

**Palavras-chave:** Mercado de São José; Modernização; Civilidade.



## **MODERNIZATION OF IMPERIAL RECIFE THE CONSTRUCTION OF THE PUBLIC MARKET OF SÃO JOSÉ (1875-1880)**

### **Abstract**

Inaugurated at 11 am, on September 7, 1875, the São José market, which was placed between Rua de Pedro Affonso and the courtyard in front of the Church of Nossa Senhora da Penha, as stated in the documentation, was received with many celebrations. , as it was considered the newest and most modern building in the city of Recife. With its opening, people flocked to the city center in a festive mood to observe it. The transformations that resulted in the construction of the new market began at the end of the 18th century, when Capuchin friars from the Convent of Nossa Senhora da Penha de França asked the then governor, D. Tomás José de Mello, to change the location of the meat market and fish, formerly located in Praça do Polé, where Praça da Independência is currently located, to the centrality where fishing took place, in the neighborhood of São José, soon becoming known as Largo da Ribeira do Peixe. The purpose of this work is to understand how and why it was necessary to create a public establishment, where the main goal was to establish a behavioral pattern mirrored in the transformations that took place in Europe. The creation of the São José Market was involved in a project to transform Recife into a modern and civilized city. Its inauguration in 1875 aimed to replace the old Mercado da Ribeira, a place where, during part of the 19th century, it was occupied by popular people who did popular trade and supply in the city. Analyzing the 19th century, it is possible to observe the building of the public market, as a project resulting from a discourse on modernity and civility, with the purpose of bringing an innovative undertaking, but which was involved in a medical-hygienist project with the intention of regulating a space destined both for food purchases and for the circulation of people.

**Keywords:** São José Market; Modernization; Civility.

## Antecedentes

Durante o período de funcionamento da antiga Ribeira do Peixe, local onde posteriormente se instalou o Mercado Público de São José, cenas contendo pescadores que traziam os pescados dos rios ou do mar, sertanejos abastecendo as vendas do pátio com carne verde, farinha e umbus, vendedores de rua com seus diferentes tipos de produtos, poderiam ser cotidianamente encontradas no Recife de séculos passados, conforme explica Mário Sette<sup>1</sup> ao descrever o local, apontando que havia um movimento intenso de transeuntes e vendedores.

No entanto, a circulação de diferentes classes no mesmo ambiente, trazia também a problemática social de ocupação do espaço por pessoas que eram historicamente marginalizadas. A ocupação da Ribeira do Peixe, feira que antecede a construção do Mercado de São José, tem seu início originalmente no século XVIII, e tinha como principal objetivo, substituir a antiga forma de vender pescados diretamente das embarcações, tendo em vista que os pescadores faziam a venda sem tomar as devidas condições higiênicas, e assim, foi dado então espaço para a comercialização de peixes e produtos variados, no entanto, esse comércio abriu possibilidades para que as camadas populares também pudessem comercializar e isso faz emergir assuntos relacionados à organização e salubridade na urbe.



Vista do Pátio da Penha (Mercado de verduras). Litografia de Luis Shlappriz.

---

<sup>1</sup> SETTE, Mário. Seu Candinho da farmácia. Recife, Fundação Cultura Cidade do Recife, 1984.

Ao passarem pelo Recife, alguns viajantes estrangeiros contaram nos seus escritos que havia um ambiente urbano de contraste, pois mostravam que mesmo que a cidade tivesse ar de desenvolvimento, ela ainda era carente de melhoramentos materiais. Mesmo não sendo da época considerada neste trabalho, os relatos do viajante francês Louis François Tollenare nos fazem ter uma ideia do funcionamento da cidade – que, por um lado, demonstravam encanto com a sua natureza e, por outro, um contraste com a falta de higiene e a precariedade estrutural, sendo para ele, fatores desvalorizantes do espaço citadino<sup>2</sup>.

O local onde se localizava a antiga feira pública se caracterizava pela insalubridade, pelos monturos de lixo a céu aberto, pela presença de animais mortos descartados no mesmo espaço onde haviam pessoas fazendo o comércio de gêneros alimentícios. Tollenare descreveu a cidade do Recife como um ambiente que não oferecia nenhum espaço de sociabilidade para os estrangeiros, embora para ele houvesse uma perspectiva de mudança.

Um ponto importante para compreender os rumos que foram tomados na cidade do Recife no século XIX seria a não inclusão de pessoas ocupantes dos lugares mais periféricos da sociedade nos debates sobre salubridade e modernização da cidade - sendo, então, essas questões discutidas em um ambiente da esfera pública ocupado majoritariamente pelas autoridades e elite local. E é inserido nesse contexto de discussões sobre modernização, salubridade pública e controle social dos ambientes, que surge a implementação do Mercado de São José.

A transformação do local onde funcionava a antiga feira pública em um mercado, que tinha como sua principal característica ser um espaço fechado e regulamentado por normas pré-estabelecidas, foi feito conforme o pensamento da época de adequar a cidade aos padrões civilizatórios da Europa, tendo como ânsia absorver os ideais, os valores e os objetos exportados do mundo europeu ocidental criado pela burguesia, para construir uma nova imagem dentro de um contexto de transformação progressiva das relações capitalistas. As transformações que levaram a passagem para a modernidade no Brasil é um assunto fortemente trabalhado pela História Social, na qual se elabora estudos sobre o período de surgimento de movimentos e interpretações diferentes sobre as tradições imperiais.

Quando Sílvio Romero, historiador do século XIX, faz uso da expressão “bando de ideias novas”, em uma síntese antológica sobre o conjunto das mudanças ideológicas, ele se

---

<sup>2</sup> Louis-François Tollenare (1780-1853) francês, comerciante de algodão que viveu no Recife entre 1816 e 1817, anotou suas impressões sobre a cidade, as pessoas e a paisagem. Tollenare, L. F. *Notas Dominicais*. 1816-1818. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1908. Disponível em: <<http://bit.ly/2OBtHGZ>>. Acesso em: 21 set. 2020.

refere às novas perspectivas políticas que emergiram devido às profundas transformações sociais. No período imperial, as inovações incorporadas ao cotidiano recifense tiveram uma forte interseção com a cultura francesa, que inspirou, além de mudanças sociais, e intelectuais, uma contribuição para a modificação da arte e da arquitetura. Essas modificações podem ser entendidas como um reflexo de acontecimentos anteriores como, por exemplo, o episódio da chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil, no ano de 1816<sup>3</sup>.

Outra explicação, contemporânea ao período para a recorrente introdução de ideais europeus no Recife da segunda metade do século XIX, se dá pelo fato de ter ocorrido um constante fluxo de presença estrangeira<sup>4</sup>, pois, nesse período a cidade estava passando por uma valorização comercial que chamou a atenção dos olhares dos estrangeiros – e, junto deles, havia a importação de ideias de desenvolvimento e modernidade<sup>5</sup>. A influência francesa ganhou um espaço notável no território recifense, pois com ela os ideais de progresso e “evolução social” ganharam força e foram adotados como um símbolo de referência para a realização de melhoramentos na cidade.

E é a partir desta influência e da importação desse “bando de ideias novas” que se construiu uma nova forma de pensar a cidade, considerando então, a mudança do *status quo*. O Mercado de São José teve como modelo de construção o Mercado francês de Grenelle, tendo sido projetado por Louis Léger Vauthier, que além de ter elaborado o projeto do mercado também foi o primeiro diretor da Repartição de Obras Públicas (R.O.P), órgão responsável na época pela centralização, racionalidade técnica e modificação da fisionomia da capital do Recife.

### **Mercado de São José: modernização e regramento social**

Para a edificação do Mercado Público, a Câmara Municipal do Recife teve um gasto de 370:315\$136 réis. A sua estrutura foi feita seguindo o singular modelo de arquitetura em ferro produzido na França, além disso também foi feito com a utilização de vidro, medindo

---

<sup>3</sup> BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (org). A Construção Nacional (1830-1889). 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 2.

<sup>4</sup> Baseado nas estatísticas da época, Freyre afirma que com o aumento da exportação de produtos brasileiros, ocorreu um aumento tanto de comércio estrangeiro como de imigrações. FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil em meados do século XIX*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009. 168 p.

<sup>5</sup> Termo utilizado para a racionalização das ações dos homens sobre os assuntos circundantes entre a sociedade e a natureza e os resultados no que tange a produção de bens e administração pública. A definição de “modernidade” equivale a um sentimento de rompimento com antigas estruturas, potencializando uma mudança sobre assuntos ligados, por exemplo, à economia, política e cultura. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

48,88m<sup>2</sup> de frente sobre 72,44m<sup>2</sup> de fundo, e possuía uma superfície coberta de 3.540m<sup>2</sup>, sendo erguido por colunas elegantes de ferro com altura de 7,60 metros. Ao lado da praça da Penha na extensão do mercado havia sido construído uma praça fechada, que servia como casa da guarda, administração, reservatório e latrinas. Destinados ao comércio, foram feitos 316 compartimentos (os chamados boxes, na atualidade), sendo distribuídos para açougue, venda de fressuras, peixes e legumes, seguindo sempre o modelo europeu de manter-se organizado de forma moderna e elegante. O mercado funcionava diariamente das 5 às 16 horas e sua abertura e fechamento eram sempre anunciados por um toque de sineta. A única exceção acontecia na seção dos peixes, onde o funcionamento se encerrava às 21 horas<sup>6</sup>.

Para a época imperial, a edificação do mercado era um empreendimento causador de deslumbre, sendo tido como um lugar cômodo, elegante e promotor de melhoramentos para a capital da província de Pernambuco, substituindo o que antes havia de mais inapropriado e insuficiente<sup>7</sup>. Como dissemos anteriormente, a sua construção estava diretamente ligada a um projeto civilizatório, por meio do qual os governantes e intelectuais queriam implementar na cidade do Recife no século XIX.

O projeto de civilização tão desejado à época conformava um processo de mudanças na mentalidade daqueles responsáveis por organizar, reformar e transformar os espaços citadinos. Essa modificação convergia diretamente com os pensamentos de origem liberal, inseridos na sociedade pelos intelectuais do período imperial. Convém lembrar que o processo de modificação da mentalidade social não está ligada à ação de apenas um indivíduo, mas sim a um conjunto de seres individuais que formam o coletivo. E, a partir disso, transformam e produzem o significado de ser ou não moderno e civilizado, conforme afirma Norbert Elias<sup>8</sup>.

Na segunda metade do século XIX, profundas foram as mudanças sociais ocorridas no Recife. As transformações do espaço urbano recifense aconteciam em busca de uma implantação de projetos higienistas e de “melhoramentos materiais”, tendo como objetivo a ruptura com os valores, ideias e formações que foram construídas no passado colonial ainda presentes na capital pernambucana. O desejo para essa mudança foi construir uma cidade moderna, onde se pudesse ter um ambiente urbanizado. Tendo como principal objetivo traçar

---

<sup>6</sup> Jornal do Recife, Recife 3/9/875. Regulamento do Mercado, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/3kcvIHJ>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

<sup>7</sup> Jornal do Recife, Recife 4/9/1875. O Mercado de S. José, p, 1. Disponível em:em: <<https://bit.ly/3bRyfEg>> . Acesso em: 13 set. 2020.

<sup>8</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.



Conforme consta no Jornal do Recife, o momento de inauguração do Mercado Público foi marcado por uma grande expectativa da sociedade, pois ele representava uma grandiosa e importante obra de melhoramentos materiais edificada na cidade. No dia de sua inauguração, havia uma multidão preenchendo o pátio do edifício para contemplar a obra. A sua abertura foi marcada pela presença de figuras importantes do período imperial recifense. Dentre elas, estavam o presidente da Câmara Municipal e o Sr. Dr. Padre Joaquim Graciano de Araújo (governador do bispado), que juntos de outras autoridades locais assinaram um termo de abertura do mercado. O presidente da Câmara Municipal, José Pedro das Neves, no momento da inauguração, fez um efusivo discurso (o qual pode ser encontrado na íntegra nos anexos, para facilitar e conduzir de maneira dinâmica a leitura e análise textual).

No discurso do presidente da Câmara Municipal é possível observar pontuações sobre as discussões existentes na época sobre medidas higienistas. E é também demonstrada a importância de melhoramentos materiais no ambiente urbano, durante a cruzada civilizatória do século XIX. A instalação do Mercado Público no Recife também gerava expectativa sobre ser um incentivo para o planejamento e construção de outras obras públicas. A estrutura física do mercado foi elaborada e construída buscando uma boa ornamentação, onde houvesse um ambiente agradável para todos os comerciantes e fregueses.

Segundo a documentação da época, a forma como os compartimentos foram organizados seguiam os padrões arquitetônicos franceses, sendo possível observar uma forma de organizar a circulação pelo local, separando os vendedores de quem comprava, pois existiam plataformas de até 20 centímetros, entre o compartimento de venda e o corredor do mercado.

Outra dinâmica de estruturação entre o mercado e quem circulava no seu entorno era a disposição criada entre as calçadas, tendo estas até 3 metros de comprimento em relação à rua. À noite, o mercado se encontrava iluminado e era sempre visitado por um grande número de famílias, tornando-se além de um mercado, um espaço de convivência social, tido como adequado para a realização de passeios.

Segundo Eduardo Galeano<sup>11</sup>, “a história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será”. A partir dessa frase é possível analisar a

---

<sup>10</sup> GUILLEN, Isabel Cristina Martins; GRILLO, Maria Ângela de Faria; FARIAS, Rosilene Gomes. *Mercado de São José: memória e história*. Recife: IPHAN/FADURPE, 2010.

<sup>11</sup> GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 25p.

construção do Mercado Público de São José como um prenúncio da sociabilidade seletiva nos espaços citadinos, pois ao olhar para a nossa contemporaneidade podemos perceber que o entendimento atual sobre o “Shopping Center” foi, de certa forma, um projeto construído ainda no século XIX, onde se buscou construir um local cômodo, elegante e de melhoramento material para a cidade. Assim como os shoppings para nós do século XXI são considerados um espaço fechado onde não se pode estabelecer-se de forma livre mesmo sendo um espaço público<sup>12</sup>, já está introjetado a existência de um padrão de roupa, tido como adequado para o local. E, muito além disso, também está interiorizado na sociedade quais são as classes que pertencem e são de fato aceitas nesses espaços.

Assim também foi o projeto de convívio no Mercado Público de São José. Nos planos sociais da sua criação não era para existir espaço para o “vuco-vuco” de vendedores ambulantes, quitandeiras, engraxates e muito menos cantadores e suas violas e sim ser um local ocupado por uma elite, que queria transitar e fazer suas compras em um local fechado, com regras e onde se pudesse ficar distante das camadas mais periféricas da sociedade.

Para oficializar as normas do novo mercado foi criado um regulamento, publicado no Jornal do Recife, no dia 3 de setembro de 1875. Nele existem diversas regras a serem cumpridas tanto pelos trabalhadores do local quanto pelos transeuntes. Em uma das cláusulas, o regulamento proíbe a concorrência pública nas ruas e praças da cidade, ou seja, o comércio ambulante de gêneros alimentícios estaria proibido se as pessoas praticantes de tal ofício se estabelecesse de forma definitiva em algum ponto da cidade, podendo ser punido com uma multa de 5\$ ou 24 horas de prisão.

E é diante desta clausura do regulamento que surgem questionamentos propostos por assinantes do jornal supracitado, onde se discute sobre as classes mais pobres que faziam parte desse tipo de venda, para os quais as normas do mercado seriam mais rígidas e nada convenientes, tendo em vista as impossibilidades de se instalar em um ponto fixo de venda ao redor do espaço, em que foi instalado o mercado e a falta de recursos para se tornar, por exemplo, um locatário dos compartimentos de venda. Uma proposição exposta por um assinante do Jornal do Recife e que levanta uma reflexão sobre os casos de negligência sobre os menos favorecidos socialmente, é a seguinte:

---

<sup>12</sup> Tanto nas antigas instruções do mercado, como nos atuais “shoppings center”, existia e existe a normatização das vestimentas adequadas para o espaço, no caso, do último é comum que os regramentos de conduta estejam afixados em paredes, no caso do Mercado de São José, a conduta que deveria ser seguida estava disposta no regulamento do mercado.



Sendo visto o regulamento dado ao novo mercado público de S. José deploramos o procedimento de pessoas, encarregadas de certos assuntos, que se comparam em fazer disposições inexecutáveis e vexatórias ao povo, e principalmente à pobreza, em quem recaem com mais dureza certas medidas pouco ou nada consentâneas. Neste caso acha-se a disposição daquele regulamento de que vendedor algum poderá pousar nas ruas e praças, sim só no Mercado. Como vedar-se que, em pontos distantes daquele Mercado, ou do da Boa Vista, não pousem pessoas dispostas a vender verduras àqueles que por seus afazeres não podem ir a um dos dos Mercados fazer suas compras e dirijem-se ao ponto que mais próximo se lhes depara?<sup>13</sup>

As reflexões surgidas na época estavam relacionadas ao descaso com a população mais periférica da cidade, onde o comércio era feito em locais mais distantes e que, diante das condições do regulamento, ficariam incapacitados de trabalhar dentro do mercado recém-construído e também de fazer suas compras. Outra problemática relacionada com o comércio ambulante, seria a existência de pessoas residentes nos locais mais distantes e que não dispunham de recursos para ir até o mercado ou às suas cercanias e também sobre aqueles que estavam próximos às imediações do mercado e que faziam comércio direto com o consumidor.

As reflexões levantadas no jornal se faziam em torno da questão de como as autoridades poderiam proibir nos pontos mais distantes do mercado ou no seu redor, a instalação de pessoas para vender as suas mercadorias.

Os motivos pelos quais as autoridades não permitiam nos pontos mais distantes do mercado o comércio de alimentos é para que não houvesse concorrências com o mercado, além de ter também um caráter social explícito no que tange ao afastamento da pobreza de um espaço destinado para a elite local. Porém, é em consequência desse ordenamento que se torna possível observar no Jornal do Recife diversos relatos sobre a venda e prática do comércio ambulante tanto no entorno do mercado de São José quanto na cidade, ficando desse modo perceptível a resistência do tradicional comércio ambulante recifense mesmo diante dos ordenamentos oficiais.

Os problemas administrativos em relação aos compartimentos de venda do mercado, logo foram sentidos pois haviam comerciantes querendo monopolizar esses espaços, arrematando grande número de “talhos” (linguagem utilizada na época), sem cedê-los a ninguém, tendo como objetivo principal a venda desses espaços a terceiros com preços exorbitantes. O assinante do Jornal do Recife, que se intitulava de “Pretendente Mallogrado”, disse que a Câmara Municipal, inspirada no bem e no interesse público, implementou uma

---

<sup>13</sup> Jornal do Recife, Recife 9/9/1875. Mercado Público. p. 1. Disponível em: < <https://bit.ly/2Fhkrr7> >. Acesso em: 04 jan. 2021.

nova regra no regulamento, na qual, não se poderia monopolizar os compartimentos e só se poderia arrematar até 7 (sete) destes. Entretanto, na perspectiva do assinante, a Câmara Municipal poderia adotar um sistema de aluguel fixo dos compartimentos, pois assim, cessar-se-ia o problema de ambição de alguns comerciantes e ainda abriria espaço para a concorrência no mercado possibilitando uma redução nos preços das mercadorias e, por conseguinte, mais pessoas teriam acesso aos espaços de venda. O escrito desse assinante evidencia de forma descritiva uma forma de atender tanto aos interesses públicos de organização da cidade quanto aos interesses particulares de quem convivia e comercializava no estabelecimento.

Ainda sobre seu regulamento, é possível notar que a forma como ele foi composto demonstra uma maneira de controle social sobre as pessoas circulantes do mercado, pois de maneira descritiva o que foi elaborado informa como haveria de ser o espaço de sociabilidades do estabelecimento. O regulamento descreve a não admissão de músicos e cantores, ambulantes, saltimbancos e distribuidores de impressos, e nenhum indivíduo com outra profissão que não estivesse ligada às atividades do mercado, além de também não permitir que os próprios comerciantes do mercado anunciasse por meio de gritos e vozerias<sup>14</sup> os produtos comercializados no local, demonstrando assim que a construção do espaço foi elaborado para a circulação de apenas um determinado grupo, sendo este a elite social e econômica recifense. Conforme já dito as classes mais baixas, além de muitas vezes não possuírem condições de ir até o local e de não poderem comercializar ao seu redor, também não possuíam vestimentas adequadas para a visitação do espaço, demonstrando o quanto era difícil o acesso dessas populações ao mercado, entendendo-se assim, como um tipo de segregação social da época.

Com relação à estrutura física do mercado, o espelhamento no mercado francês não levou em consideração as diferenças climáticas entre os locais, pois, na capital francesa, o clima predominante é o temperado e, na pernambucana, o clima é tropical e úmido. O Mercado de São José foi edificado dando preferência ao ferro fundido e batido, com instalações de vidro, que por sua vez seguiam o sistema arquitetônico francês da época. Entretanto, como observou o então presidente da província Pereira de Lucena, em seu relatório de 1875, a estrutura do mercado sendo construída utilizando tais materiais esquentaria mais rápido do que outros tipos de materiais.

---

<sup>14</sup> SILVA, Wellington Barbosa da. “A locomotiva do progresso”: cotidiano e “melhoramentos materiais” no Recife Oitocentista (1830-1889). In: SILVA, Wellington Barbosa da (org.). *O Recife no século XIX: outras histórias* (1830-1890). 1.ed. São Paulo: Paco Editorial, 2018, p. 36.

A documentação da época nos mostra que o debate sobre a climatização do ambiente do mercado chegava à população, pois, no Jornal do Recife, no período de inauguração do mercado, foi enviado um trecho no qual um assinante faz uma reflexão sobre o Mercado de S. José, expondo a insuficiência de ventilação e pouca claridade; porém o mesmo disse que este problema era de fácil reparo<sup>15</sup>. Contudo, é possível observar que passados dois anos após a inauguração do Mercado, a questão ainda estava em voga, pois no anexo do Relatório da Presidência de Província do ano de 1878, foi relatado que a cidade do Recife possuía um exagerado calor e, portanto, a construção do Mercado utilizando-se do ferro e vidro poderia causar um desconforto térmico tanto para comerciantes quanto para os clientes.

Diante de situações como a apresentada acima, as críticas da população quanto à constante maneira de imitar a forma da organização social e de construções europeias podiam ser vistas nos jornais, quando assinantes descreviam que os administradores tanto gerais quanto provinciais e municipais, não faziam as devidas alterações que necessitavam quando alguma edificação era inspirada nos ares estrangeiros.

Na documentação pesquisada são encontrados alguns impressos que tratam da mobilidade e conservação do espaço do Mercado Público de São José. Dentre a problemática é possível observar que muito se foi pensado para a construção do referido mercado; porém, não tanto em relação ao seu entorno, já que nas imediações do novo estabelecimento havia chão de terra batida, onde nos dias secos formava nuvens de poeira e, nos dias de chuva, causava um lamaçal, limitando o acesso ao espaço.

Outra questão apontada nas documentações é a questão de organização quanto aos banheiros pois, por mais que estes existissem, ainda assim havia pessoas que não o utilizavam e urinavam, por exemplo, tanto no mercado quanto no seu entorno, provocando assim, uma fedentina no ambiente, que por sua vez gerava incômodo para quem circulava no local. E, com isso, o problema chega a ser publicado nos jornais. No entanto, também é dito nos relatos dos jornais que havia agentes incumbidos de zelar pelo local e por este fato, o estabelecimento não se transformou em um espaço para as pessoas o utilizarem da maneira que bem entendessem.

---

<sup>15</sup> Jornal do Recife, Recife 09 set. 1875. Mercado Público. p. 1. Disponível em: < <https://bit.ly/2Fhkrr7> >. Acesso em: 04 jan. 2021.

## Considerações finais

A construção do Mercado Público de São José em 1875, foi fruto de um projeto civilizatório que tinha como base construir um novo Recife, onde foram importados para a cidade ideais de mudanças na mentalidade social, sendo estes os responsáveis por uma nova organização, reforma e transformação dos espaços citadinos. Norbert Elias<sup>16</sup>, afirma que o traço cultural define o comportamento do cotidiano. Ele explica que o contato com diferentes sociedades pode designar os estágios de evolução de determinados padrões, tendo em vista que ao se ter contato com costumes tidos como “bárbaros”, ainda que sejam de um passado recente, esses são gradativamente excluídos, dando espaço para uma remodelação da vida social, retirando segundo Elias, a espontaneidade e dando lugar à regra e à vida privada.

Esta pesquisa oferece uma análise profunda da história e evolução do Mercado Público de São José no Recife, destacando seu contexto histórico, arquitetura, regulamentos e impacto na sociedade da época. Mostra como esse mercado representou uma mudança na sociabilidade urbana, restringindo o acesso das classes mais baixas e seguindo padrões europeus de organização. Além disso, evidencia as preocupações com questões higiênicas, climáticas e de controle social, mostrando como o mercado foi projetado para atender principalmente à elite local. Também aborda a resistência do comércio ambulante e as críticas à imitação de modelos europeus na construção do mercado. No geral, o texto oferece uma visão detalhada da história e do impacto desse mercado na sociedade recifense do século XIX, destacando as questões sociais, culturais e arquitetônicas envolvidas

Sendo assim, por meio dos dados obtidos na documentação, foi possível observar a transformação gradual do espaço onde se localiza o Mercado de São José, pois é, através do passo acertado de sua construção, que houve uma modificação nas relações comerciais de diversos gêneros de venda e também nas relações sociais, ficando demonstrado durante o período em tela uma estratificação das camadas sociais no referido espaço do bairro de São José.

---

<sup>16</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Impressas:

Jornal do Recife. Recife: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, 1875 a 1880. Disponível em: < <https://shre.ink/2mhG> >. Acesso em: 27 ago. 2023.

Relatórios Anuais dos Presidentes de Províncias. Disponível em: Chicago: <[www.crl.edu/brazil/provincial](http://www.crl.edu/brazil/provincial)>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Obras de Referência:

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2004.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *A construção nacional (1830-1889)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 2.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 2.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

## ANEXOS

### **Discurso realizado pelo Presidente da Câmara, José Pedro das Neves.<sup>17</sup>**

Senhores, na qualidade de Pro-Presidente da Câmara Municipal venho assistir à inauguração deste edifício.

A outros que se recomendam à veneração pública por seus importantes serviços é reconhecido mérito, cabe por certo a honra de por tal motivo dirigir-vos neste momento a palavra mas as circunstâncias imprevistas e acontecimentos mais poderosos do que a vontade do homem, impuseram-me o dever de apresentar-me neste recinto no caráter oficial de que me acho revestido. Pedindo-vos, pois, indulgência para o pouco que vou dizer-vos, e para o mal que hei de desempenhar a minha árdua missão, espero que sejamos benévolos para comigo, desde que vos asseguro que não foi a vaidade quem aqui me conduziu, senão o cumprimento de um dever, a que não poderia furtar-me com decência e sem desar. Querer, senhores, demonstrar a importância deste edifício, sua utilidade e fim, seria dizer o que está na consciência de todos, fora o mesmo que querer provar que o asseio é uma medida higiênica, que a caridade é uma virtude. Aham-se felizmente coroados do modo mais solene os esforços empregados com louvável perseverança pelos atuais membros da Câmara Municipal, e pelos seus dignos colegas do quadriênio passado para a realização do importante melhoramento material que agora mesmo apreciamos, e que tem o selo de sua aprovação na satisfação que em todos nós se divisa, nas solenidades a que se está procedendo e no concurso imenso do povo que visita e percorre este edifício. Possa, porem, ele servir de incentivo para maiores cometimentos que, como este, venham tornar o dia de hoje duplamente solene para a história desta província, uma das mais fulgentes estrelas da constelação brasileira. Sirva ele de animação, para que a Câmara Municipal do Recife, ora boluda de recursos, encontre nas administrações da Província todo o auxílio e prestígio necessários à satisfação das necessidades de seus municípios. E a vós, Exm. Sr. Presidente, que tendes auxiliado a Câmara Municipal, e cuja administração, pautada pela justiça e sabedoria, se recomenda a toda Província, apresentamos os nossos votos de gratidão pelo valioso concurso que prestastes à realização desta obra e pela vossa presença neste lugar. Vou concluir, senhores, felicitando o município do Recife pela inauguração deste edifício e pelo dia para esse fim escolhido. De hoje em diante o dia 7 de setembro, este dia glorioso para todos os brasileiros, porque comemora um grande acontecimento que a história registra, e o

---

<sup>17</sup> Adaptado com as normas linguísticas atuais.

mundo inteiro aplaudiu, será também o aniversário de um passo importante dado por esta Província na carreira do progresso com a criação do nosso mercado público, o primeiro sem dúvida do Brasil.

Pernambuco, 7 de Setembro de 1875. José Pedro das Neves.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Jornal do Recife, Recife 9/9/1875. Mercado Público. p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2Fhkrr7>> . Acesso em: 5 jun. 2023.

## APÊNDICE

### DIRETRIZES PARA AUTORES DA REVISTA HISTÓRIA UNICAP

## **Diretrizes para Autores**

A revista *História Unicap* está permanentemente aberta às submissões.

São aceitos para a publicação somente trabalhos originais inéditos, e que não esteja sendo avaliado para publicação em outra revista.

Os artigos e textos podem ser redigidos em português, inglês ou espanhol.

A revista *História Unicap* aceita artigos de História e disciplinas afins, informes parciais de pesquisa em desenvolvimento, documentos e entrevistas inéditos, resenhas críticas, comunicações de dissertações e teses e notas relativas a eventos.

São aceitos artigos de:

- pós-graduados (mestres, doutores e pós-doutores) e pós-graduandos (mestrado e doutorado).
- graduandos, graduados (inclusive com especialização) apenas em co-autoria com seus orientadores-pesquisadores doutores.

Os artigos devem ser enviados eletronicamente, seguindo as etapas do sistema que tem por objetivo dar assistência à edição dos periódicos científicos em cada etapa do processo de editoração.

A publicação dos artigos está sujeita à aprovação prévia da Comissão Editorial da revista, após isso serão submetidos à avaliação do tipo *peer review* feita por, pelo menos, dois pareceristas externos.

A aceitação final dos artigos depende dos seguintes critérios:

- Recomendação dos pareceristas;
- Efetivação dos ajustes necessários pelo(s) autor(es);
- E aprovação da Comissão Editorial, cuja resolução contemplará seis diferentes avaliações:



1. Aceitar;
2. Correções obrigatórias;
3. Submeter novamente para avaliação;
4. Enviar para outra revista;
5. Rejeitar;
6. Ver comentários;

## **Responsabilidade**

A *História Unicap* não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos pelos autores.

## **Concessão de Direitos**

O envio espontâneo de qualquer submissão implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Universidade Católica de Pernambuco.

## **Extensão**

O texto deverá ter extensão máxima de 20 a 22 páginas, com espaçamento de 1,5, incluídas referências bibliográficas e notas. O título (no idioma original e em Inglês) devem conter no máximo 240 caracteres incluindo espaços.

## **Imagens**

Caso o artigo contiver imagens fotográficas e/ou desenhos gráficos, esses deverão ser encaminhados em formato original (.jpeg, .png, .tiff) e em arquivos separados (não inseridos no interior do próprio texto), com resolução mínima de 300 dpi. No arquivo referente ao texto, deverá ser indicado através da inserção das legendas (no idioma do artigo e também em inglês, o local aproximado onde devem ser inseridas as figuras, gráficos, tabelas e/ou quadros.

## **Citações**

As citações no interior do texto devem obedecer às seguintes normas:

1. Um autor: (CABRAL, 2014, p. 11-14);
2. Dois autores: (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2005)
3. Três ou mais autores: (MAIA *et al.* 2009)

4. Trabalhos com o(s) mesmo(s) autor(es) e mesma data devem ser distinguidos por letras minúsculas logo após a data. Ex: (MOREIRA, 2009a) (MOREIRA, 2009b);

### **Apresentação das citações**

1. Citações com menos de três linhas deverão ser incorporadas ao texto entre aspas;
2. Citações com mais de três linhas deverão ser apresentadas em parágrafo isolado, com espaçamento simples entre as linhas, corpo de 11 pt e recuo de 4 cm da margem esquerda do texto.

### **Notas de rodapé**

As notas de rodapé devem ser usadas de forma parcimoniosa. Somente são permitidas notas de rodapé explicativas e não são permitidas notas que contenham apenas referências. Estas deverão estar listadas, ao final do texto, no item "Referências".

Não utilize as expressões *op. cit*; *ibid*; *ibidem*; *id*; *idem*

Não utilize a expressão *apud*, dê preferência pelo emprego da expressão *in*;

### **A matéria dos originais deverá conter, na seguinte ordem:**

I. *Título do texto*: Título no idioma do artigo e em inglês. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o título em Português. Com no máximo 240 caracteres com espaço;

II. *Resumos*: no idioma do artigo e em inglês, em um único parágrafo, com até 20 linhas, acompanhado de três palavras-chave. Nos casos em que o artigo é escrito em inglês ou espanhol, solicita-se também a apresentação de resumo e palavras-chave em português.

III. *Texto completo do artigo*: formatado em Times New Roman, 12 pt, espaçamento 1,5, em formato de arquivo *Word for Windows*.

IV. *Referências*: as referências bibliográficas e de outra natureza devem ser listadas ao final do texto, em ordem alfabética, em 12 pt, espaçamento simples, como nos modelos abaixo:

### **Artigo em periódico**

Ex: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um Missionário entre a História e a Glória dos Altares. *Projeto História*, v. 41, 2010, p. 155-194.

### **Artigos relativos a eventos**

CABRAL, Flavio José Gomes. Revolução pernambucana de 1817: ideias e projetos de estado no norte da América portuguesa. In: I Congreso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica, Mendoza, 2013. *Anais...* Mendoza: Guaymallén/Universidad Nacional de Cuyo, p. 1-10.

### **Livros**

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

### **Capítulos de livro**

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordações da Casa dos Mortos: Projetos e Sociabilidades Prisionais (a Casa de Correção de Porto Alegre no século XIX). In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org.). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Universidade Nacional de General Sarmiento, 2008, p. 57-88.

### **Teses e dissertações**

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

### **Citações de sites e textos eletrônicos**

SOBRENOME, Nome(s). Título do texto. Ano de publicação. Disponível em: <http://...>, Acesso em: dd/mm/aaaa.

### **Jornais e revistas, órgãos e instituições**

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. Folha de São Paulo. Caderno Mais! São Paulo, 12 nov. 2000.

As referências devem ser formatadas seguindo as diretrizes da NBR 6023/2018. Ressaltamos que, em sua nova atualização, não é mais necessário a utilização de seis traços sublineares (underline) para não repetir o sobrenome da/o mesma/o autora/or. Assim, solicitamos que, os sobrenomes sejam repetidos quantas vezes se fizerem necessárias, como no exemplo abaixo:

- SOUZA, George Felix Cabral de. Tratos e mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (1654-1759). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- SOUZA, George Felix Cabral de. Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife (1710-1822). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

## **REFERÊNCIAS**

São consideradas referências somente as obras mencionadas no interior do texto.

As referências devem ser digitadas em fonte Times New Roman, em corpo 12 pt, com espaçamento simples entre as linhas e organizadas em ordem alfabética.

As referências, no fim do trabalho, devem ter os dados completos e seguir as normas para trabalhos científicos que estão publicadas no site da revista. cada referência deve ocupar um parágrafo e deve estar separada por um espaço simples.

Exemplos:

### **Artigos em periódico**

Ex: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um Missionário entre a História e a Glória dos Altares. *Projeto História*, v. 41, 2010, p. 155-194.

### **Artigos relativos a eventos**

CABRAL, Flavio José Gomes. Revolução pernambucana de 1817: ideias e projetos de estado no norte da América portuguesa. In: I Congreso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica, Mendoza, 2013. *Anais...*Mendoza: Guaymallén/Universidad Nacional de Cuyo, p. 1-10.

### **Livros**

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

### **Capítulos de livro**

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordações da Casa dos Mortos: Projetos e Sociabilidades Prisionais (a Casa de Correção de Porto Alegre no século XIX). In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org.). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Universidade Nacional de General Sarmiento, 2008, p. 57-88.

### **Teses e dissertações**

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

### **Citações de Sites e textos eletrônicos**

SOBRENOME, Nome(s). Título do texto. Ano de publicação. Disponível em: <http://...>, Acesso em: dd/mm/aaaa.

### **Jornais e revistas, órgãos e instituições**

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. Folha de São Paulo. Caderno Mais! São Paulo, 12 nov. 2000.

### **Artigos**

##section.default.policy##

### **Resenhas**

As resenhas destinam-se á descrição, ao exame e ao julgamento de obra recente (não mais que 2 anos depois do lançamento da última edição) relacionada à área temática da revista. Deverão ser elaboradas de modo impessoal, contendo posicionamento de ordem técnica diante do objeto de análise, seguido de um resumo do conteúdo e possível demonstração de sua importância. Essas contribuições deverão obedecer às mesmas especificações/orientações para os artigos e situar-se entre 6.000 a 10.000 caracteres com espaço. Os textos deverão conter a referência bibliográfica no início e, em folha precedida ao texto; se for o caso, título no idioma original da resenha (português ou espanhol) e em inglês, nome e dados profissionais (instituição e titulação), bem como endereço eletrônico (e-mail).

## **Entrevistas**

A revista poderá publicar entrevistas realizadas com professores e/ou pesquisadores, teóricos e indivíduos que possam contribuir para discussões sobre temáticas relacionadas à área de seu enfoque temático, com preferência para o tema proposto pelo Dossiê. As contribuições deverão conter na seguinte ordem: 1. título da entrevista (português ou espanhol) e em inglês; 2. data e local da entrevista; 3. identificação do entrevistado, com breve referência de informações biográficas e trajetória profissional; 4. identificação do(s) auto(es), com respectiva (titulação e instituição). O texto deverá concentrar-se entre 30.000 e 60.000 caracteres com espaço, assim como obedecer às especificações gerais de formatação observadas para a publicação de artigos.

## **Informes de Pesquisa**

Os informes de pesquisa deverão resultar de uma investigação baseada em dados empíricos e com metodologia específica. Os informes parciais deverão obedecer à mesma formatação exigida para a publicação de artigos e concentrar-se entre 6.000 a 10.000 caracteres com espaço. Já os informes finais, atendidas as especificações para "artigos", deverão se limitar entre 15.000 a 20.000 caracteres com espaço.

Em ambos os casos, a Comissão Editorial dará preferência para as contribuições relacionadas à proposta temática do Dossiê.

## **Documentos**

A seção destina-se a publicar transcrições comentadas de fontes documentais com significativa relevância para a temática abordada pelo dossiê. No caso de documentos na íntegra, as contribuições deverão observar os critérios e normativas da diplomática. Em ambos os casos, deverão conter uma apresentação geral da fonte, sua contextualização, possibilidades de uso e de enfoque, sua localização (país, cidade, instituição e fundo arquivístico), estado de conservação e deverão ser acompanhados de 3 a 5 palavras-chave (português ou espanhol) e inglês. Os documentos poderão ser apresentados em (português ou espanhol).

## **Declaração de Direito Autoral**

Concedo a Revista *História Unicap* o direito de primeira publicação da versão revisada do meu artigo, licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista).

Afirmo ainda que meu artigo não está sendo submetido a outra publicação e não foi publicado na íntegra em outro periódico e assumo total responsabilidade por sua originalidade, podendo incidir sobre mim eventuais encargos decorrentes de reivindicação, por parte de terceiros, em relação à autoria do mesmo.

Também aceito submeter o trabalho às normas de publicação da Revista *História Unicap* acima explicitadas.

## **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.